



SUMÁRIO EXECUTIVO

EDUCAÇÃO JÁ 2022

CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA SISTÊMICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

VERSÃO 2 - ABRIL DE 2022



APRESENTAÇÃO

Sobre o Todos Pela Educação

O Todos Pela Educação é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, plural e suprapartidária, fundada em 2006. Com uma atuação independente e sem receber recursos públicos, nosso foco é contribuir para melhorar a Educação Básica no Brasil. Para isso, desenvolvemos ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzimos conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articulamos junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitoramos crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do país.



INTRODUÇÃO

Este é o Sumário Executivo do documento *Educação Já 2022: contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica brasileira*, que pode ser acessado no site do Todos Pela Educação. Seu intuito, portanto, é trazer um resumo das discussões e propostas apresentadas no documento completo.

O Educação Já 2022 tem como objetivo subsidiar e estimular debates com todos aqueles dispostos a discutir caminhos de políticas públicas que precisam ser seguidos pela União, estados e municípios para que o Brasil possa avançar na garantia do direito à Educação de qualidade para todos.

A pandemia trouxe novos desafios para a Educação brasileira e agravou os que já existiam. Seus impactos - acentuados pelo longo período de fechamento das escolas e pelas graves ausências e omissões do governo federal - são de múltiplas naturezas, com efeitos mais críticos entre aqueles em maior situação de vulnerabilidade.

Diante do atual contexto, as próximas gestões estaduais e federal, que serão eleitas em 2022, terão papel fundamental para mitigar os graves efeitos da pandemia e avançar com medidas estruturais capazes de superar desafios históricos da Educação Básica brasileira.

É neste sentido que o documento Educação Já 2022 busca contribuir, apresentando recomendações de políticas públicas que podem orientar a elaboração dos planos educacionais dos próximos governos. Primeiramente, ele elenca ações que precisarão ser implementadas pelo poder público de forma emergencial, por conta dos impactos imediatos associados à pandemia. Mas sua principal contribuição está na apresentação de um conjunto de medidas estruturais para elevar a qualidade e reduzir as desigualdades dos sistemas educacionais do país ao longo dos próximos anos.

Importante mencionar que o Educação Já 2022 não visa propor uma agenda única para a gestão educacional em todo o território brasileiro. Os sistemas educacionais do país possuem diferentes pontos de partida, de forma que os temas e as políticas elencadas no documento, em particular aquelas que dependem do protagonismo dos entes subnacionais para avançarem, precisam ser contextualizadas a cada realidade.

Defende-se que o conjunto de recomendações deve embasar não apenas as estratégias a serem elaboradas pelas próximas administrações federal e estaduais (2023-2026)¹, mas, também, pode servir de referência para a agenda educacional brasileira nos próximos dez anos. Isso porque apenas com um esforço sistemático ao longo da próxima década será possível promover transformações significativas.

¹À luz das eleições de 2020, o Todos Pela Educação lançou o documento “Educação Já Municípios”, com propostas para a gestão educacional dos municípios brasileiros. Tais propostas dialogam com a estratégia maior aqui apresentada e devem ser vistas como complementares às recomendações feitas para as gestões nacional e estaduais. O documento para gestões municipais pode ser acessado em: <https://todospelaeducacao.org.br/educacao-ja/educacao-ja-agenda-para-municipios/>

RESUMO DAS PROPOSTAS DO EDUCAÇÃO JÁ 2022

Premissas:

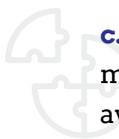
As recomendações apresentadas no Educação Já 2022 estão orientadas a partir das seguintes premissas:



a. Qualidade para poucos não é qualidade, exigindo um olhar contundente e intencional nas políticas públicas para o enfrentamento das desigualdades de diversas naturezas, priorizando e destinando mais recursos e esforços para grupos em situação de maior vulnerabilidade e tendo ações específicas para diferentes grupos, de acordo com suas realidades e demandas;



b. Educação antirracista como condição de transformação, dando ênfase à necessidade de que a perspectiva antirracista e a promoção de uma Educação para as relações étnico-raciais estejam presentes de maneira específica e transversal em todas as etapas das políticas educacionais;



c. Não há saída fácil para problemas complexos, reforçando que múltiplas frentes de ação precisam ser coordenadas para efetivar avanços substantivos na Educação, incluindo a interação com diferentes áreas governamentais (esforços intersetoriais);



d. Mudanças significativas e duradouras na Educação dependem, acima de tudo, de pessoas, indicando que medidas voltadas para a valorização e a profissionalização das pessoas que trabalham na Educação - em todos os níveis do sistema - devem ocupar lugar central em uma agenda educacional; e



e. O Brasil tem muito a aprender com o Brasil, apontando que existem exemplos concretos de estados e municípios brasileiros que estão implementando, com êxito, políticas educacionais em larga escala que devem inspirar e servir de referência para os caminhos a serem seguidos no país.

Ações para mitigar os efeitos imediatos da pandemia na Educação Básica:

Quanto às ações de mitigação dos efeitos imediatos da pandemia, advoga-se por ações educacionais e não educacionais para garantir que nenhuma criança e nenhum jovem fique fora da escola, que todos sejam acolhidos e que retomem uma rotina escolar buscando seu desenvolvimento integral. As propostas são apresentadas em quatro frentes:



a. ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E DA EVASÃO ESCOLAR: é fundamental que o poder público tenha políticas de busca ativa das crianças e dos jovens que estão fora do sistema educacional, além de ações de prevenção da evasão e do abandono. A rede de proteção social precisa ser fortalecida, com iniciativas intersetoriais;



b. REALIZAÇÃO DE AÇÕES DE ACOLHIMENTO E SUPORTE EMOCIONAL: é necessário que estratégias de apoio à saúde mental de estudantes e profissionais da Educação tornem-se realidade nas redes de ensino. A composição e a formação adequada das equipes responsáveis pelas ações de acolhimento na escola, a promoção de espaços de escuta e diálogo entre estudantes e profissionais, a intensificação da relação com as famílias e a formação de professores para lidarem com a temática da saúde mental são exemplos de pontos importantes;



c. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS: o ponto inicial deve ser a reorganização curricular, junto com os conselhos municipais e estaduais de Educação. Avaliações diagnósticas devem embasar programas específicos de recomposição das aprendizagens, que devem ter estratégias, metodologias e materiais pedagógicos próprios. Um exemplo é a formação de turmas temporárias menores, com estudantes com níveis de aprendizado mais próximos, que recebem atividades pedagógicas focadas nos conhecimentos e nas habilidades que ainda precisam desenvolver. A formação dos professores para essa nova realidade e a oferta das devidas condições para realizarem as ações necessárias são premissas centrais;



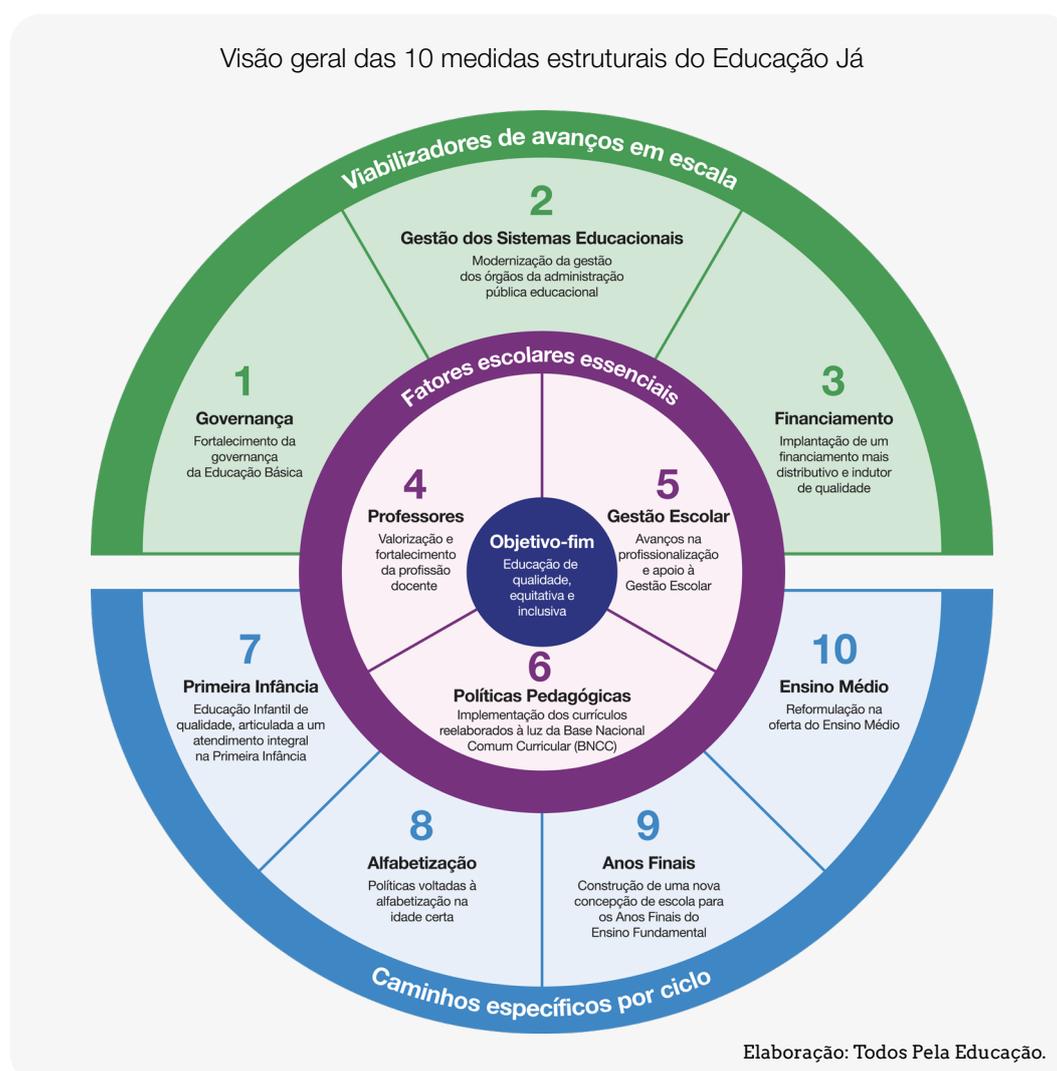
d. PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL: é urgente investir na inclusão digital no país, que ainda conta com milhões de estudantes sem acesso à conectividade e a dispositivos digitais. Garantir conectividade e infraestrutura tecnológica de qualidade em todas as escolas públicas e assegurar o acesso a equipamentos e à internet para os professores e estudantes são pontos fundamentais a serem endereçados no curto prazo para garantir uma real mitigação dos efeitos da pandemia na aprendizagem.

Contribuições para a construção de uma agenda sistêmica na Educação Básica

Ainda que o cenário atual exija esforços emergenciais, o avanço de uma agenda sistêmica de medidas estruturais capazes de dar sequência a importantes políticas efetivadas antes da pandemia e introduzir outras mudanças e inovações necessárias é o único caminho para que o país consiga fazer frente ao maior desafio da Educação Básica: oferecer ensino de qualidade para todos os estudantes.

Com esse intuito, o Educação Já 2022 apresenta um conjunto de recomendações que busca subsidiar os caminhos que os futuros governantes definirão para as políticas públicas educacionais no país.

Este conjunto é composto por dez medidas estruturais, que precisam ser vistas e trabalhadas de forma articulada e coerente entre si, além de contextualizadas a cada realidade. Elas são organizadas em três grandes eixos, como mostra a figura a seguir. Na sequência, são apresentados os temas propostos em cada medida, que são mais bem explorados no documento completo do Educação Já 2022.





Eixo 1: Viabilizadores de avanços em escala



1. Governança

Fortalecimento da governança nacional da Educação Básica



GOVERNANÇA

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o fortalecimento da governança da Educação envolve:

- **Regulamentar e implementar o Sistema Nacional de Educação, de modo a estimular a pactuação de políticas educacionais e a colaboração dos entes na gestão da Educação brasileira.**



GOVERNANÇA

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o fortalecimento da governança da Educação envolve:

- **Exercer o papel de coordenação da política educacional em seu estado, fortalecendo o regime de colaboração com os municípios para melhorias da oferta da Educação.**



2. Gestão da Educação

Modernização da gestão dos órgãos da administração pública educacional



GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, a melhoria da gestão educacional exige avanços na gestão do Ministério da Educação e maior apoio às Secretarias de Educação, envolvendo:

- **Aprimorar a organização de funções e responsabilidades dentro do Ministério da Educação e entre suas autarquias;**
- **Desenvolver uma política de Recursos Humanos voltada para o fortalecimento do quadro técnico do Ministério da Educação e de suas autarquias;**
- **Adotar boas práticas de gestão e institucionalizá-las, no âmbito do Ministério da Educação;**
- **Atualizar o parque tecnológico da gestão federal da Educação;**
- **Criar um robusto programa de apoio à melhoria de gestão das Secretarias de Educação.**



GESTÃO DOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, a modernização da gestão da Secretaria de Educação envolve:

- **Compor uma equipe gestora altamente competente e investir na qualificação dos servidores da Secretaria de Educação;**
- **Fortalecer a gestão estratégica da Secretaria de Educação;**
- **Adotar um modelo de gestão democrática baseado na cultura colaborativa e no compartilhamento de propósito entre os atores do sistema educacional;**
- **Aprimorar a capacidade administrativa da Secretaria de Educação, otimizando seus processos de gestão;**
- **Estabelecer uma estrutura capaz de oferecer sólido apoio às escolas.**



3. Financiamento

Implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade



FINANCIAMENTO

Recomendações específicas para o governo federal

Em âmbito federal, a implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade envolve:

- **Regulamentar e implementar os mecanismos redistributivos e indutores de qualidade aprovados no Novo Fundeb;**
- **Aprimorar as transferências do governo federal aos estados e municípios e o Salário-Educação, dando a eles caráter mais redistributivo.**



FINANCIAMENTO

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, a implantação de um financiamento mais distributivo e indutor de qualidade envolve:

- **Instituir nova regra de distribuição do ICMS aos municípios, induzindo a melhoria nos resultados educacionais com redução de desigualdades;**
- **Criar um mecanismo de financiamento das escolas que preze pela redução das iniquidades.**



Eixo 2: Fatores escolares essenciais



4. Professores

Valorização e fortalecimento da profissão docente



PROFESSORES

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o conjunto de políticas docentes envolve:

- **Criar programa nacional de atratividade da profissão docente;**
- **Reestruturar a oferta da formação inicial de professores no país;**
- **Instituir iniciativas de promoção, indução e apoio às políticas das Secretarias de Educação que visam ao fortalecimento da profissão docente.**



PROFESSORES

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o conjunto de políticas docentes, tanto para a rede própria como para ações em colaboração com os municípios, envolve:

- **Realizar um amplo diagnóstico e planejamento do quadro de professores;**
- **Estabelecer um plano de carreira atrativo e sustentável;**
- **Garantir uma rotina e condições de trabalho docente que favoreçam uma atuação pedagógica de qualidade;**
- **Fortalecer a política de formação continuada, de forma atrelada ao desenvolvimento profissional na carreira;**
- **Para futuros professores da rede, qualificar os processos de seleção e estágio probatório;**
- **Criar programas de atração e de inserção qualificada à profissão docente.**



5. Gestão escolar

Avanços na profissionalização e no apoio à Gestão Escolar



GESTÃO ESCOLAR

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, as políticas de gestão escolar envolvem:

- **Instituir a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar e disseminá-la para as Secretarias de Educação;**
- **Implementar estratégias de melhoria da qualidade dos cursos de gestão escolar no Ensino Superior;**
- **Instituir, no Ministério da Educação, iniciativas de apoio às políticas de gestão escolar das Secretarias de Educação.**



GESTÃO ESCOLAR

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, as políticas de gestão escolar, tanto para a própria rede como para ações em colaboração com os municípios, envolvem:

- **Definir as competências e as atribuições esperadas dos gestores escolares;**
- **Aprimorar os processos de seleção, formação pré-serviço e alocação dos gestores nas unidades escolares;**
- **Ofertar formações buscando o desenvolvimento profissional contínuo dos gestores escolares;**
- **Garantir as devidas condições para o exercício da gestão nas escolas;**
- **Fortalecer a relação e a ação conjunta entre a Secretaria de Educação e a gestão das escolas, a partir de sólida estrutura de apoio.**



6. Políticas pedagógicas

Implementação dos currículos reelaborados à luz da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)



POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o conjunto de ações de fortalecimento de políticas pedagógicas envolve:

- **Coordenar, nacionalmente, a implementação dos novos currículos, com diretrizes e programas de apoio;**
- **Aprimorar o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), alinhando-o à BNCC e às políticas pedagógicas das redes de ensino;**
- **Reformular as avaliações nacionais, promovendo mudanças e inovações à luz da BNCC.**



POLÍTICAS PEDAGÓGICAS

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o conjunto de ações de fortalecimento das políticas pedagógicas, tanto para a rede própria como para ações em colaboração com os municípios, envolve:

- **Coordenar a revisão dos Projetos Pedagógicos de cada unidade escolar;**
- **Garantir materiais pedagógicos de qualidade, alinhados aos currículos, para apoiar o trabalho dos professores;**
- **Estabelecer uma estrutura de formação continuada capaz de garantir a implementação dos novos currículos em cada sala de aula;**
- **Reformular as avaliações da Secretaria de Educação à luz da BNCC e instituir bons instrumentos de devolutivas pedagógicas de seus resultados;**
- **Investir recursos em pesquisas aplicadas que produzam conhecimentos pedagógicos específicos.**



Eixo 3: Caminhos específicos por ciclo



7. Primeira Infância

Educação Infantil de qualidade, articulada a um atendimento integral na Primeira Infância



PRIMEIRA INFÂNCIA

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o conjunto de políticas para a Primeira Infância envolve:

- **Estabelecer a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, buscando concretizar o que prevê o Marco Legal da Primeira Infância;**
- **Na Educação, criar uma política nacional de apoio à expansão do atendimento e melhoria da qualidade das Creches e Pré-Escolas, em colaboração com estados e municípios.**



PRIMEIRA INFÂNCIA

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o conjunto de políticas para a Primeira Infância envolve:

- **Estabelecer uma Política Estadual Integrada para a Primeira Infância, buscando concretizar o que prevê o Marco Legal da Primeira Infância;**
- **Na Educação, apoiar os municípios na expansão do atendimento e na melhoria da qualidade das Creches e Pré-Escolas.**



8. Alfabetização

Políticas voltadas à alfabetização na idade certa



ALFABETIZAÇÃO

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o conjunto de políticas para a Alfabetização envolve:

- **Reformular a Política Nacional de Alfabetização, no sentido de induzir a expansão de políticas em regime de colaboração que já estão avançando nos estados.**



ALFABETIZAÇÃO

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o conjunto de políticas para a Alfabetização envolve:

- **Implementar programas de alfabetização em regime de colaboração com municípios, apoiando e induzindo melhorias em suas políticas.**



9. Anos Finais

Construção de uma nova concepção de escola para os Anos Finais do Ensino Fundamental



ANOS FINAIS

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o conjunto de políticas para os Anos Finais do Ensino Fundamental envolve:

- **Estabelecer programa de apoio e indução para que estados e municípios, em colaboração, aprimorem suas políticas para os Anos Finais do Ensino Fundamental.**



ANOS FINAIS

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o conjunto de políticas para os Anos Finais do Ensino Fundamental envolve:

- **Instituir um conjunto de estratégias buscando uma nova concepção de escola de Anos Finais do Ensino Fundamental.**



10. Ensino Médio

Reformulação na oferta do Ensino Médio



ENSINO MÉDIO

Recomendações específicas para o governo federal

Na esfera federal, o conjunto de políticas para o Ensino Médio envolve:

- **Instituir estratégias de apoio e indução à reformulação do Ensino Médio, a partir da nova estrutura curricular, à maior integração com a Educação Profissional e Tecnológica e à expansão das escolas de Ensino Médio integral.**



ENSINO MÉDIO

Recomendações específicas para os governos estaduais

Para os governos estaduais, o conjunto de políticas para o Ensino Médio envolve:

- **Implementar uma reformulação da oferta do Ensino Médio, a partir da nova estrutura curricular, com maior integração com a Educação Profissional e Tecnológica e expansão das escolas de Ensino Médio integral.**

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio educacional do Brasil é complexo, mas há caminhos a serem seguidos. As propostas que foram elencadas servem para estimular o debate sobre essas políticas e subsidiar a construção de planos educacionais pelas próximas gestões. O Todos Pela Educação continuará discutindo-as, visando a seu aprimoramento e detalhamento. Além disso, estará ativo na mobilização em torno da pauta educacional perante os atores políticos e a sociedade em geral.

É possível mudarmos a Educação para melhor. Por isso, pelo presente e futuro de cada criança e jovem, por cada brasileiro, pelo Brasil, conclamamos: Educação Já!



EXPEDIENTE

ELABORAÇÃO: TODOS PELA EDUCAÇÃO

Priscila Cruz

Presidente-executiva

Olavo Nogueira Filho

Diretor-executivo

Gabriel Corrêa (Coordenação)

Líder de Políticas Educacionais

Ivan Gontijo

Coordenador de Políticas Educacionais

Lucas Hoogerbrugge

Líder de Relações Governamentais

Manuela Pereira

Coordenadora de Relações Governamentais

Tiemy Akamine

Líder de Comunicação e Mobilização

Apoio Técnico

Equipe Todos Pela Educação

Especialistas, profissionais do campo educacional e organizações que colaboraram, em caráter consultivo, com a construção deste documento:

ESPECIALISTAS E PROFISSIONAIS DO CAMPO EDUCACIONAL

Alessandra Gotti

Alexandre Schneider

Alexsandro Santos

Ana Maria Diniz

Andressa Buss Rocha

Anna Helena Altenfelder

Anna Penido

Anna Vitoria Perico e Santos

Barbara Born

Basilio Dagnino

Binho Marques

Beatriz Cardoso

Carlos Roberto Jamil Cury

Carolina Campos

Cesar Callegari

Claudia Costin

Claudio de Moura Castro

Cosete Ramos

Eduardo Deschamps

Eduardo Guaragna

Eliane Cavalleiro

Ellen da Silva

Fabio Tran

Fernando Abrucio

Fernando Carnaúba

Filipe Recch

Gabriela Moriconi

Giovani Rocha

Gregório Grisa

Guilherme Lichand

Guiomar Namó de Mello

Jair Ribeiro

José Francisco Soares

José Henrique Paim

Kátia Schweickardt

Kátia Smole

Larissa de Fátima Ribeiro Calixto

Leonardo Rosa

Luiz Roberto Liza Curi

Manuela Fitzpatrick

Marcos Magalhães

Maria Helena Guimarães de Castro

Maria Inês Fini

Mariza Abreu

Maurício Holanda Maia

Mauriti Maranhão

Mozart Neves Ramos

Naercio Menezes Filho

Paula Louzano

Paulo Blikstein

Priscilla Bacalhau

Rafael Parente

Raph Gomes Alves

Raquel de Oliveira

Renato Lee

Ricardo Madeira

Rita Potiguara

Rodrigo Hübner Mendes

Saidul Rahman Mahomed

Samuel Emílio

Tassia Cruz

Tereza Perez

Thiago Peixoto

Vivaldo A. Fernandes Russo

Washington Bonfim

ORGANIZAÇÕES

Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais - FGV

Conectando Saberes

D3e - Dados para um Debate Democrático na Educação

Fundação Lemann

Fundação Maria Cecília Souto Vidigal

Fundação Roberto Marinho

Fundação Telefônica Vivo

Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

Instituto Natura

Instituto Península

Instituto Sonho Grande

Instituto Unibanco

Itaú Educação e Trabalho

Itaú Social

Movimento Colabora Educação

Movimento Pela Base

Movimento Profissão Docente

Transformative Learning Technologies Lab

Obs: a colaboração de especialistas e organizações não implica endosso a todas as propostas e mensagens aqui presentes. Além disso, as contribuições dos especialistas não refletem, necessariamente, o posicionamento das organizações onde trabalham. O Todos Pela Educação é integralmente responsável pelo conteúdo do documento.

